

LETRAMENTOS ACADÊMICOS DE SURDOS E O GÊNERO EDITAL: BARREIRAS LINGÜÍSTICAS E INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIAS DE ACESSO AO MESTRADO

ACADEMIC LITERACIES OF DEAF STUDENTS AND THE PUBLIC CALL FOR APPLICATIONS: LINGUISTIC AND INSTITUTIONAL BARRIERS AND STRATEGIES FOR ACCESSING MASTER'S PROGRAMS

LITERACIDADES ACADÉMICAS DE ESTUDIANTES SORDOS Y EL GÉNERO CONVOCATORIA: BARRERAS LINGÜÍSTICAS E INSTITUCIONALES Y ESTRATEGIAS DE ACCESO A LA MAESTRÍA

Iago Ferraz Nunes¹

Leila Rachel Barbosa Alexandre²

Resumo: Este artigo investiga as barreiras enfrentadas por pessoas surdas no acesso à pós-graduação, com ênfase na leitura e compreensão do gênero “edital” como parte de um conjunto mais amplo de práticas de letramentos acadêmicos. A partir de oficinas bilíngues com surdos graduandos e graduados, analisam-se as dificuldades linguísticas, institucionais e pedagógicas vivenciadas ao longo de sua formação, bem como as estratégias utilizadas para acessar os processos seletivos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos Novos Estudos do Letramento (NEL), especificamente no modelo de letramentos acadêmicos de Lea e Street (2014), utilizando dados coletados por meio de uma roda de conversa com surdos participantes das oficinas do projeto de extensão “Colcha de Retalhos”. O estudo aponta que a exigência exclusiva da língua portuguesa escrita e a ausência de acessibilidade nos gêneros acadêmicos geram exclusão e desmotivação. Conclui-se pela necessidade de reformulações institucionais que valorizem práticas bilíngues, promovam a equidade e incentivem práticas de letramentos acadêmicos das quais as pessoas surdas possam participar de maneira efetiva.

Palavras-chave: Letramentos Acadêmicos. Gênero edital. Educação de Surdos. Pós-Graduação.

Abstract: This article investigates the barriers faced by deaf individuals in accessing graduate education, with an emphasis on reading and understanding the “public call for applications” genre as part of a broader set of academic literacies practices. Based on bilingual workshops with deaf undergraduate and graduate students, the study analyzes the linguistic, institutional, and pedagogical challenges experienced throughout their academic journey, as well as the strategies they use to navigate selection processes. The research adopts a qualitative approach, grounded in the New Literacy Studies (NLS), particularly the academic literacies model proposed by Lea and Street (2014), and uses data collected from a focus group with deaf participants involved in the

¹ Mestre em Letras (UFPI). Docente efetivo na Universidade Federal do Cariri (UFCA), vinculado ao curso de Licenciatura em Letras-Libras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4818-9012>. E-mail: iago.ferraz@ufca.edu.br

² Doutora em Linguística (UFMG). Docente efetiva na Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculada ao curso de Licenciatura em Letras-Libras e ao Programa de Pós-Graduação em Letras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0151-1422>. E-mail: leilarachel@ufpi.edu.br

Colcha de Retalhos extension project. The findings indicate that the exclusive requirement of written Portuguese and the lack of accessibility in academic genres generate exclusion and demotivation. The study concludes that institutional reforms are needed that value bilingual practices, promote equity and encourage academic literacies practices in which deaf people can participate effectively.

Keywords: Academic Literacies. Public Call for Applications Genre. Deaf Education. Graduate Studies.

Resumen: Este artículo investiga las barreras que enfrentan las personas sordas para acceder a la educación de posgrado, con énfasis en la lectura y comprensión del género “convocatoria” como parte de un conjunto más amplio de prácticas de literacidades académicas. A partir de talleres bilingües con estudiantes sordos de grado y egresados, se analizan las dificultades lingüísticas, institucionales y pedagógicas vivenciadas a lo largo de su formación, así como las estrategias utilizadas para acceder a los procesos de selección. La investigación adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en los Nuevos Estudios de Literacidad (NEL), especialmente en el modelo de literacidades académicas de Lea y Street (2014), utilizando datos recolectados mediante un grupo de discusión con participantes sordos del proyecto de extensión “Colcha de Retalhos”. El estudio señala que la exigencia exclusiva del portugués escrito y la falta de accesibilidad en los géneros académicos generan exclusión y desmotivación. Se concluye que son necesarias reformas institucionales que valoren las prácticas bilingües, promuevan la equidad y fomenten prácticas de literacidades académicas en las que las personas sordas puedan participar eficazmente.

Palabras clave: Literacidades Académicas. Género Convocatoria. Educación de Sordos. Posgrado.

Considerações Iniciais

O ingresso de alunos surdos³ no ensino superior tem crescido nos últimos anos, impulsionado por políticas inclusivas, pela expansão dos cursos de Letras Libras e pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação da comunidade surda no Brasil. No entanto, a permanência e a progressão acadêmica desses estudantes, sobretudo na pós-graduação, ainda são marcadas por desafios significativos. Entre os principais obstáculos relatados pelos próprios surdos, destacam-se as barreiras linguísticas e institucionais, que influenciam diretamente sua compreensão e produção textual em processos seletivos.

³ Nesta pesquisa, opta-se pelo uso do termo “surdo” em vez de expressões como “pessoa com deficiência auditiva” ou “pessoa com deficiência”, por compreendê-lo como marcador identitário, cultural e linguístico, conforme defendido pelos Estudos Surdos. Tal escolha se alinha à perspectiva que reconhece a surdez como uma experiência sociocultural e não como uma limitação a ser superada (PERLIN e STROBEL, 2006; SKLIAR, 1998; QUADROS e KARNOPP, 2004). A adoção deste termo valoriza a Libras como primeira língua e reconhece a visualidade como base epistêmica dos sujeitos surdos, afastando-se do modelo médico-reabilitador centrado no déficit (STROBEL, 2009; CAMPELLO, 2008).

O edital, por ser o principal documento que orienta o processo seletivo, frequentemente representa uma barreira inicial para candidatos surdos. Redigido em português formal e com uma estrutura densa, ele exige habilidades de leitura e interpretação que podem representar um desafio adicional para aqueles cuja primeira língua é a Libras. A ausência de versões acessíveis ou explicativas desse gênero pode contribuir para a evasão ainda na fase de inscrição, desestimulando a continuidade acadêmica dos surdos na instituição.

Na Universidade Federal do Piauí (UFPI), essa realidade se evidencia na ausência de alunos surdos egressos do curso de Letras Libras⁴ nos programas de mestrado da própria instituição. Enquanto surdos formados na UFPI ingressaram em programas de pós-graduação em outras universidades do país, a UFPI só recebeu sua primeira mestranda surda em 2024 — e esta não era egressa do curso de Letras Libras. Essa discrepância levanta questionamentos sobre os fatores que podem estar desestimulando ou impossibilitando a continuidade acadêmica dos surdos na instituição, incluindo a falta de acessibilidade nos processos seletivos e a ausência de suporte adequado para a produção acadêmica.

Essa reflexão leva à seguinte problemática: em que medida o gênero edital, enquanto prática institucional e textual, representa uma barreira de acesso à pós-graduação para candidatos surdos, considerando seus letramentos prévios e identidades linguísticas? A partir desse questionamento, busca-se compreender como se estruturam as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos no contato com os editais de seleção para o mestrado, especialmente no que diz respeito à linguagem utilizada, à ausência de versões bilíngues acessíveis e às exigências de produção acadêmica em português escrito.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo investigar as barreiras enfrentadas por pessoas surdas no acesso à pós-graduação, com ênfase na leitura e compreensão do gênero “edital” como parte de um conjunto mais amplo de práticas de letramentos acadêmicos. Para tanto, busca-se: compreender como esses participantes interagem com tal gênero textual; identificar as barreiras linguísticas, institucionais e pedagógicas que dificultam o acesso ao processo seletivo; analisar as estratégias mobilizadas para superá-las; e refletir sobre os limites e possibilidades de inclusão nas práticas de letramentos acadêmicos. Ao fazer isso, o estudo propõe discutir a necessidade de reformulações nos processos seletivos da pós-graduação, de modo que contemplem a diversidade linguística da comunidade surda e valorizem práticas bilíngues, visuais e culturalmente situadas.

⁴ Verifica-se que a maior parte dos estudantes e egressos surdos da Universidade Federal do Piauí está vinculada ao curso de Licenciatura em Letras-Libras.

Para fundamentar essa análise, adotamos os Novos Estudos do Letramento (NEL), especialmente o modelo de letramentos acadêmicos de Lea e Street (2014), que compreende o letramento como uma prática social situada e mediada por relações institucionais. Esse modelo nos permite investigar como o edital, enquanto gênero presente nas práticas acadêmicas, funciona como um mecanismo de acesso ou exclusão no ensino superior, a partir das percepções dos surdos sobre sua estrutura, linguagem e acessibilidade. Consideramos que o edital é um ponto específico dentro de um cenário mais amplo e argumentamos que a dificuldade enfrentada pelos surdos nesse processo de compreensão do gênero é sintomática de barreiras históricas e institucionais que marcam toda a sua trajetória acadêmica, desde a graduação. Com isso, ampliamos o foco para uma reflexão sobre práticas pedagógicas e políticas institucionais.

Para desenvolver essa investigação, o artigo está organizado da seguinte forma: nas próximas seções, apresentamos o referencial teórico, focando nos conceitos de letramentos acadêmicos e Estudos Surdos e destacando as barreiras enfrentadas por surdos no meio acadêmico. Em seguida, detalhamos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo a caracterização dos participantes, o contexto da coleta de dados e a abordagem utilizada. Posteriormente, nas seções de análise, exploramos as percepções dos participantes sobre os desafios no acesso ao mestrado, enfocando suas experiências com a leitura e interpretação do edital e a influência dessas dificuldades em sua motivação para ingressar na pós-graduação. Por fim, nas considerações finais, discutimos as implicações dos achados da pesquisa, apontando caminhos para a construção de práticas acadêmicas mais inclusivas e equitativas.

Pavimentando o percurso e sinalizando o caminho a ser seguido: o encontro entre Novos Estudos do Letramento e Estudos Surdos

O conceito de letramento passou por diversas transformações ao longo do tempo. Inicialmente associado apenas à capacidade de ler e escrever, passou a abranger também as práticas sociais e culturais envolvidas no uso da linguagem escrita e oral. Soares (1998) diferencia alfabetização de letramento, destacando que este último não se limita ao domínio técnico da leitura e escrita, mas está relacionado ao modo como esses conhecimentos são aplicados na vida cotidiana e nas interações sociais. Essa perspectiva amplia a compreensão do letramento para além do contexto escolar, reconhecendo sua presença em diversas esferas da sociedade.

Com essa ampliação conceitual, os Novos Estudos do Letramento (NEL) emergem como um campo que discute o letramento a partir de uma abordagem sociocultural, enfatizando sua natureza situada e ideológica (Street, 1984; Gee, 1996; Barton; Hamilton, 1998). Os NEL rejeitam a visão do letramento como um conjunto universal de habilidades neutras, destacando que as

CLARABOIA, n.23, p. 375-400, Jan./Jul. 2025. ISSN: 2357-9234

práticas de letramento variam conforme o contexto sociocultural e as relações de poder que permeiam o uso da escrita e da oralidade.

Nesse contexto, os Novos Estudos do Letramento fornecem uma lente crítica importante para analisar como o gênero edital, tipicamente estruturado segundo convenções acadêmicas rígidas e produzido em português formal, pode atuar como mecanismo excludente para candidatos surdos. Considerando a natureza situada e ideológica dos letramentos, podemos compreender que a dificuldade de compreensão dos editais não é simplesmente linguística, mas envolve o domínio de práticas sociais específicas e culturalmente construídas — práticas estas às quais os surdos frequentemente têm acesso limitado devido à ausência histórica de materiais e contextos educativos adaptados.

Os NEL permitem, assim, reconhecer que não basta traduzir um edital para Libras, mas que é necessário que os surdos tenham experiências prévias de letramentos acadêmicos adequadas, nas quais possam desenvolver familiaridade com os gêneros acadêmicos, suas funções sociais, suas estruturas e vocabulário técnico. Portanto, a compreensão efetiva do edital depende não apenas do conhecimento da língua, mas também de práticas prévias que preparem os candidatos surdos para interpretar documentos acadêmicos complexos, inseridos em contextos institucionais e permeados por relações de poder.

Dessa forma, questiona-se a concepção de letramento como fenômeno único e homogêneo, o que abre espaço para o reconhecimento das práticas letradas de grupos sociais marginalizados, como as comunidades surdas. A relação entre linguagem e identidade, fundamental nos NEL, reforça essa discussão, visto que o letramento não deve ser compreendido apenas como uma habilidade individual, mas como parte de um processo mais amplo de pertencimento a grupos sociais específicos. Assim, o acesso a determinadas práticas de letramento pode legitimar ou marginalizar sujeitos em uma sociedade, a depender das normas e expectativas vigentes.

A crítica ao modelo autônomo de letramento, aspecto central dos NEL, é fundamental para compreender os desafios enfrentados pelas comunidades surdas. O modelo autônomo pressupõe que a leitura e a escrita são habilidades universais que, por si só, garantem o progresso intelectual e econômico de um indivíduo ou comunidade. Em contrapartida, o modelo ideológico de letramento, defendido por Street (1984), argumenta que o significado do letramento está profundamente enraizado nas estruturas de poder e nos valores culturais de cada sociedade. No caso dos surdos, essa perspectiva destaca a necessidade de práticas educacionais que levem em conta suas particularidades e formas de engajamento com a escrita, incluindo a utilização de recursos visuais.

A perspectiva de letramento dos NEL enfatiza as práticas sociais, rejeitando a concepção de letramento como um conjunto de habilidades isoladas (Street, 2014). Ao analisarmos os letramentos em comunidades específicas, percebemos que diferentes grupos sociais possuem modos distintos de interagir com a leitura e a escrita, uma vez que as práticas de letramento variam conforme os contextos culturais e as necessidades dos sujeitos. Para as comunidades surdas, o letramento deve considerar a visualidade, garantindo acessibilidade e significado ao processo de aprendizagem. Assim, compreender as práticas de letramentos dos surdos exige considerar suas experiências culturais e identitárias, respeitando a Libras como L1.

Neste momento, indicamos uma aproximação entre essa concepção das práticas de letramentos ao que na área de estudos sobre a surdez é chamado de “Estudos Surdos”, os quais defendem que o ensino e a aprendizagem de surdos devem ser regidos pela visualidade, por meio de recursos imagéticos, para contemplar as especificidades dos aprendentes, partindo de referentes que façam sentido para os mesmos ao contemplarem seus aspectos e artefatos culturais e (multi)identitários (Campello, 2007; Strobel; Perlin, 2006).

A relação entre os Novos Estudos do Letramento e os Estudos Surdos se estabelece no reconhecimento da diversidade dos letramentos e pela necessidade de considerar as práticas socioculturais específicas das comunidades surdas. Os surdos desenvolvem letramentos visuais que se fundamentam na Libras, o que desafia modelos convencionais de ensino baseados exclusivamente na escrita em/da língua portuguesa. A abordagem dos NEL permite compreender como esses letramentos emergem e se estruturam em diferentes contextos sociais, valorizando as formas de conhecimento e comunicação próprias das comunidades surdas (Quadros; Karnopp, 2004; Strobel, 2008). Esse reconhecimento é fundamental para a formulação de políticas públicas que assegurem às pessoas surdas o direito a uma educação bilíngue e visualmente acessível.

As pesquisas sobre os letramentos de pessoas surdas evidenciam a importância de abordagens educacionais que respeitem as especificidades linguísticas dessa comunidade. Quadros e Karnopp (2007) concentram-se nos aspectos linguísticos da Libras, enquanto Campello (2007) enfatiza a visualidade no ensino. Strobel e Perlin (2006) discutem a percepção e a cognição dos surdos, evidenciando que o ensino deve considerar suas especificidades. Lodi (2004), por sua vez, argumenta que as práticas de letramento devem ir além do bilinguismo, tornando-se plurilíngues para abarcar diferentes formas de comunicação.

A escassez de materiais acadêmicos acessíveis em Libras dificulta que os surdos tenham uma experiência educacional equivalente à dos ouvintes. Lodi, Bortolotti e Cavalmoreti (2014) propõem, nesse sentido, oficinas bilíngues no ensino básico para facilitar a compreensão textual, permitindo aos alunos surdos interagirem ativamente na construção de sentidos. Essas oficinas,

CLARABOIA, n.23, p. 375-400, Jan./Jul. 2025. ISSN: 2357-9234

conduzidas em Libras, proporcionam um espaço inclusivo de aprendizagem, no qual os estudantes surdos podem se engajar em práticas de letramento sem depender exclusivamente da modalidade escrita da língua portuguesa.

Diante desse cenário, ao destacar a importância das experiências socioculturais anteriores dos sujeitos para compreender suas práticas com o gênero “edital” na academia, buscamos contribuir para um debate mais amplo sobre inclusão linguística, acadêmica e institucional. Assim, enfatizamos especificamente a importância de práticas letradas pautadas na visualidade na construção de estratégias práticas que permitam aos candidatos surdos uma participação mais equitativa e autônoma no acesso ao mestrado, reconhecendo suas práticas letradas como legítimas e fundamentais para a construção de processos seletivos mais acessíveis e justos.

Modelos de letramentos acadêmicos de Lea e Street (2014) na prática com surdos

A leitura e a interpretação do gênero “edital” são etapas fundamentais do processo seletivo para o mestrado, pois garantem o acesso às regras e aos critérios da seleção. No entanto, para candidatos surdos, a ausência de adaptações nesse gênero acadêmico pode representar uma barreira inicial importante. Nesse sentido, o aporte teórico dos NEL contribui para compreender como o edital pode atuar como um mecanismo de exclusão no ensino superior, ao exigir proficiência leitora a partir de um modelo de letramento que desconsidera a identidade linguística da comunidade surda. Para que a vivência acadêmica ocorra de forma significativa, é essencial que as proficiências de leitura e de escrita em língua portuguesa dos surdos sejam desenvolvidas ou, ao menos, estimuladas ao longo da graduação.

Quando esse processo não ocorre de maneira adequada — ou seja, sem práticas de letramento que considerem os aspectos sociais, culturais e identitários do alunado —, o resultado é a exclusão acadêmica e a limitação das possibilidades de desenvolvimento desses estudantes em relação aos ouvintes. Essa disparidade torna-se evidente no curso de Letras Libras da UFPI, onde se exige proficiência de leitura e de escrita em língua portuguesa, sem considerar que esta é segunda língua para a maioria das pessoas surdas. Esse cenário gera práticas letradas excludentes, pois coloca as pessoas surdas em posição de desvantagem, sem que tenham recebido as condições adequadas para desenvolver tais habilidades ao longo da graduação.

As práticas de letramentos acadêmicos tradicionalmente enfatizam a norma culta e a estrutura formal da escrita, negligenciando as especificidades dos sujeitos envolvidos. Para superar essa limitação, Lea e Street (2014) propõem um modelo que integra os aspectos sociais, identitários e institucionais dos letramentos acadêmicos, permitindo compreender como os estudantes interagem com as práticas acadêmicas e com as normas institucionais. Esse modelo amplia a visão CLARABOIA, n.23, p. 375-400, Jan./Jul. 2025. ISSN: 2357-9234

dos letramentos acadêmicos ao reconhecer que a aprendizagem não ocorre de maneira isolada, mas em um contexto de relações de poder e identidades.

Os referidos autores identificam três modelos principais pelos quais as práticas de letramento na academia são compreendidos: o modelo de habilidade de estudo, o de socialização acadêmica e o de letramentos acadêmicos. O primeiro modelo se concentra na transmissão de conhecimento e no desenvolvimento de competências individuais para a escrita acadêmica. No entanto, essa abordagem apresenta limitações para alunos surdos, pois desconsidera os aspectos culturais e sociais que moldam seu aprendizado e sua relação com a escrita.

O segundo modelo, o de socialização acadêmica, enfatiza a inserção do estudante na cultura acadêmica por meio da imersão em práticas de escrita e leitura. Entretanto, quando aplicado a alunos surdos, esse modelo pode se revelar insuficiente, especialmente se a socialização ocorrer exclusivamente por meio da língua portuguesa escrita, sem adaptações para a Libras. A ausência de estratégias que considerem a visualidade e a identidade linguística dos surdos pode resultar em um processo de socialização acadêmica desigual, limitando sua participação efetiva na produção do conhecimento.

Diante dessas limitações, o modelo de letramentos acadêmicos se destaca por sua abordagem mais ampla e inclusiva, ao considerar as relações de poder, as estruturas institucionais e as identidades dos estudantes. Esse modelo está na base de propostas desenvolvidas para que os surdos construam suas práticas acadêmicas com base em suas experiências culturais e linguísticas, promovendo um aprendizado mais significativo. Dessa forma, em vez de apenas exigir a adaptação dos alunos surdos às normas preexistentes, esse modelo sugere também uma adaptação institucional que respeite e valorize as especificidades desses estudantes.

Na prática, a aplicação desse modelo incentiva o uso de estratégias que respeitem a visualidade e as identidades surdas, como vídeos em Libras, materiais bilíngues e a tradução de textos acadêmicos para a língua de sinais. A ação de extensão, que também serviu como fonte de coleta de dados nesta pesquisa, foi estruturada com base nesse modelo, garantindo que os participantes compreendessem o gênero “edital” por meio de abordagens acessíveis e interativas. Dessa forma, esperávamos que as barreiras de compreensão impostas pela produção escrita em língua portuguesa fossem minimizadas, permitindo uma maior inclusão acadêmica.

Para superar esses desafios, a adoção de materiais bilíngues e de vídeos em Libras pode ampliar significativamente o acesso ao conhecimento e promover maior equidade nas práticas acadêmicas. Além disso, a utilização do *SignWriting*⁵ como alternativa de registro escrito da Libras

⁵ O *SignWriting* é um sistema de escrita desenvolvido por Valerie Sutton em 1974, que utiliza símbolos visuais para representar os sinais das línguas de sinais, incluindo movimentos, configurações de mão, expressões faciais e CLARABOIA, n.23, p. 375-400, Jan./Jul. 2025. ISSN: 2357-9234

é uma possibilidade viável para permitir a produção acadêmica em uma forma mais acessível para os surdos. Tais abordagens são fundamentais para promover a inclusão efetiva e assegurar que os surdos possam interagir com o meio acadêmico de forma equitativa.

Portanto, para garantir a inclusão plena dos alunos surdos no ambiente acadêmico, defendemos ser necessário repensar as práticas de ensino e adaptação dos gêneros que circulam no ambiente acadêmico. A valorização da Libras como meio legítimo de comunicação e produção acadêmica contribui para um ensino mais equitativo, permitindo que os surdos tenham uma experiência acadêmica mais acessível e significativa. Dessa forma, a aplicação do modelo de letramentos acadêmicos de Lea e Street (2014) nas práticas pedagógicas da universidade pode transformar o ensino e fortalecer a inclusão de sujeitos surdos no espaço acadêmico, garantindo que a diversidade linguística seja respeitada e promovida.

Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos propostos, adotamos uma abordagem qualitativa e interpretativa, por entender que esse tipo de investigação permite uma compreensão aprofundada das experiências individuais e coletivas dos participantes, especialmente no que se refere à forma como interpretam e interagem com o ambiente acadêmico. Trata-se também de uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que busca gerar conhecimentos voltados à resolução de desafios concretos enfrentados por surdos no contexto universitário.

Conforme destaca Paiva (2019), as pesquisas aplicadas têm como finalidade solucionar problemas práticos, promover inovações e desenvolver novos processos. Assim, nosso estudo insere-se nessa perspectiva ao refletir criticamente sobre as barreiras que dificultam a leitura e a interpretação dos editais de seleção para a pós-graduação, evidenciando como esse gênero pode atuar como mecanismo de exclusão.

Esta pesquisa está inserida no contexto da educação superior para surdos, com foco na preparação para o ingresso na pós-graduação em nível de mestrado, pois, apesar do aumento no número de licenciados surdos formados pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), sua presença na pós-graduação ainda é incipiente, revelando obstáculos no ingresso e na permanência. Diante disso, foi realizada a oficina bilíngue de leitura do gênero “edital”, vinculada ao projeto de extensão *Colcha de Retalhos: Ateliê de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos*, com o objetivo de apoiar surdos graduandos e graduados na preparação para ingresso no mestrado em Letras da UFPI.

orientações espaciais. Diferentemente de sistemas de transcrição fonética, o *SignWriting* permite o registro visual da língua de sinais, possibilitando sua leitura e escrita por usuários surdos.

Utilizando estratégias visuais e respeitando a identidade linguística dos participantes, a oficina buscou promover maior acessibilidade a esse gênero acadêmico. As oficinas foram conduzidas no prédio do curso de Letras Libras da UFPI, no *campus* Ministro Petrônio Portella, em Teresina/PI, de modo presencial, por se tratar de um espaço já conhecido pelos participantes.

Perfil dos Participantes

Os participantes foram selecionados a partir de critérios específicos: serem graduandos em fase de conclusão ou graduados, maiores de 18 anos, surdos e que se inscreveram para a oficina por meio de um formulário *online*, em português escrito e com vídeos traduzidos para Libras.

A turma foi composta por 15 participantes, com idades variando entre 27 e 44 anos, sendo a maioria egressa do curso de Letras Libras, ainda que alguns tivessem outras formações. Os perfis variados dos participantes possibilitaram uma troca enriquecedora de conhecimentos, permitindo que a pesquisa analisasse diferentes perspectivas sobre os desafios enfrentados pelos surdos no meio acadêmico. Essa diversidade fortaleceu a proposta da oficina, ao proporcionar estratégias pedagógicas mais eficazes e inclusivas. Dos 15 participantes envolvidos nas oficinas, 06 apresentaram seus relatos durante uma roda de conversa, sendo esses considerados para a presente pesquisa. Na tabela abaixo é possível observar informações mais detalhadas sobre o público selecionado:

TABELA 1: Perfil dos participantes

IDENTIFICAÇÃO	GÊNERO	FORMAÇÃO	IDADE
Participante 01	Masculino	Letras Libras	28
Participante 02	Feminino	Pedagogia e Letras Libras	44
Participante 03	Feminino	Letras Libras (concludente)	27
Participante 04	Masculino	Fisioterapia e Letras Libras	38
Participante 05	Masculino	Letras Libras	30
Participante 06	Masculino	Letras Libras	30

Fonte: Produzida pelos autores.

Procedimentos de coleta dos dados

Os dados analisados neste artigo foram coletados⁶ na roda de conversa realizada após a finalização das práticas de instrução e leitura do edital. A partir dos primeiros contatos com o gênero “edital”, os participantes foram convidados a compartilhar suas experiências, conhecimentos prévios, dificuldades e expectativas, bem como suas frustrações e inquietações. A roda de conversa possibilitou, assim, um espaço aberto para que os participantes expressassem livremente suas percepções sobre os desafios no acesso à pós-graduação.

Essa roda de conversa, conduzida totalmente em Libras, seguiu um roteiro semiestruturado, permitindo explorar tanto questões predefinidas quanto aspectos emergentes levantados pelos próprios participantes. O foco da coleta de dados recaiu sobre suas percepções e experiências com o gênero “edital”, identificando as principais dificuldades relatadas e as estratégias que utilizam para superá-las.

Procedimentos de análise dos dados

Após a transcrição dos relatos dos participantes na roda de conversa, a análise foi conduzida em três etapas principais: (1) leitura geral dos relatos para familiarização inicial com os dados; (2) categorização das dificuldades e estratégias mencionadas pelos participantes; e (3) interpretação das categorias à luz do referencial teórico, relacionando suas percepções aos conceitos associados ao modelo de letramentos acadêmicos e identificando barreiras linguísticas e institucionais. Dessa forma, a análise priorizou a construção de sentidos com base nas experiências relatadas, evidenciando as dimensões sociais e identitárias envolvidas nos desafios acadêmicos enfrentados pelos surdos.

A categorização dos dados buscou identificar padrões nos relatos dos participantes, destacando as principais dificuldades enfrentadas na leitura e interpretação do edital — incluindo barreiras linguísticas e a ausência de materiais complementares acessíveis em Libras. Além disso, a análise considerou como os participantes percebem o impacto dessas dificuldades na decisão de se candidatar ao mestrado. O foco na interpretação dos relatos permitiu compreender suas experiências a partir de suas próprias perspectivas, alinhando os achados da pesquisa às discussões teóricas sobre letramentos acadêmicos e inclusão no ensino superior. As próximas seções detalharão os resultados obtidos, buscando evidenciar as principais dificuldades e as estratégias mencionadas pelos participantes para lidar com o processo seletivo do mestrado.

Práticas prévias de letramento acadêmico dos participantes

⁶ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, por meio do parecer 6.766.351, de 15/04/2024. CLARABOIA, n.23, p. 375-400, Jan./Jul. 2025. ISSN: 2357-9234

Os relatos dos participantes evidenciam que as dificuldades na leitura do gênero “edital” extrapolam o domínio linguístico da língua portuguesa escrita. Ao contrário, essas dificuldades fazem parte de um processo de exclusão acadêmica que se acumula desde a graduação. Assim, antes de adentrar nos relatos específicos, é importante ampliar o olhar para compreender que o edital não é um elemento isolado, mas parte de uma cadeia de práticas institucionais que influenciam (e limitam) as práticas de letramentos acadêmicos dos surdos. A seguir, exploraremos as práticas prévias de letramento dos participantes da pesquisa e suas implicações em suas trajetórias acadêmicas.

Compreendemos as práticas prévias de letramento dos participantes da pesquisa como o conjunto de conhecimentos, habilidades e experiências que cada indivíduo, dentro de seu contexto, traz consigo. No contexto acadêmico, essas práticas envolvem o que o aluno já sabe: suas competências em leitura, escrita, uso de tecnologias, compreensão de textos acadêmicos, familiaridade com normas e práticas institucionais, além de suas experiências educacionais anteriores.

No caso dos participantes da pesquisa, suas práticas prévias de letramento revelaram questões e desafios específicos de suas realidades, relacionados, por um lado, às experiências educacionais passadas com professores, intérpretes e colegas de turma — tanto na escola quanto na universidade — e, por outro, a barreiras comunicativas decorrentes da falta de acessibilidade ou do aprendizado tardio da Libras, entre outros aspectos. As experiências anteriores de inclusão ou exclusão no sistema educacional, que variam de acordo com as condições de acessibilidade oferecidas nos cursos ou instituições frequentadas, também integram essas práticas anteriores. Tais fatores influenciam diretamente a forma como os participantes enfrentam as demandas do ambiente acadêmico e determinam o quanto precisam se adaptar ou buscar suporte para progredir nos estudos, além de impactarem nas oportunidades que lhes são ofertadas ou negadas.

Ao ingressarem no ensino superior e começarem a ter contato com novas disciplinas, conteúdos e gêneros mais específicos do meio acadêmico, os alunos surdos se deparam com barreiras que impõem dificuldades relacionadas às novas práticas de letramento nas quais passam a se inserir. Assim como os alunos ouvintes, enfrentam desafios, mas as condições de escolarização dos surdos são diferenciadas pela falta de acessibilidade que ainda marca grande parte das escolas brasileiras.

Embora tais dificuldades ainda precisem ser superadas, Quadros e Stumpf (2009) refletem sobre como esse panorama tem se modificado em relação aos cursos de Letras Libras. Assim, fica evidente a necessidade de que políticas educacionais e linguísticas no âmbito acadêmico sejam

continuamente refletidas, propostas e avaliadas, a fim de compreender as implicações futuras no processo educacional de alunos surdos. Por isso, as autoras reforçam que:

O curso está organizado de forma a expressar o conhecimento na Língua de Sinais, bem como, a captar as formas de ensinar e aprender dos surdos [...]. A participação efetiva dos surdos nesse processo tem sido fundamental, pois somente quando os próprios surdos participam do processo de tomada de decisões quanto aos caminhos que devem ser seguidos, é que estaremos rumando em direção a uma forma diferente de pensar a educação de surdos. Pensar um curso de Letras Libras requer pensar um curso de um jeito surdo de entender os conceitos e processar o conhecimento (Quadros; Stumpf, 2009, p. 172, grifo nosso).

Apesar do que as autoras defendem no trecho e em diversas outras pesquisas publicadas, percebemos que, nesses últimos 15 anos, desde o referido estudo, a realidade vivenciada pelos participantes da pesquisa se mostra distante do pensamento e realidade apontados pelas autoras.

A primeira dificuldade relatada pelos participantes de nossa pesquisa foi o acesso à linguagem formal utilizada. Embora fossem fluentes em Libras, enfrentavam dificuldades para acessar os conteúdos acadêmicos devido à quase exclusividade do registro desses materiais em português escrito. A *Participante 02*, ao ser questionada sobre a experiência durante suas graduações em relação à acessibilidade linguística e adaptações metodológicas, relatou que, no seu primeiro curso, Pedagogia, “[...] não tinha acessibilidade, só tinha intérprete de Libras. Os professores ouvintes ministravam as aulas em português e meu contato era apenas com os intérpretes” e que “[...] no começo não tinha TILS⁷ para mim na faculdade, então era muito difícil. Somente após 4 semestres conseguiram TILS e eu consegui me desenvolver no curso”, bem como relata que “[...] era muito difícil, algumas palestras tinham intérpretes, mas eu participava pouco dos eventos acadêmicos”. Essa situação a impossibilitava de ter acesso igualitário aos conteúdos, práticas e vivências do curso, resultando em isolamento e desmotivação.

A ausência de acessibilidade linguística e de adaptações metodológicas a colocava à margem, já que não recebia o conteúdo em Libras — sua primeira língua —, nem podia se comunicar adequadamente. Além disso, a dificuldade em compreender plenamente os conteúdos, causada pela predominância de materiais escritos em língua portuguesa e pela ausência de adaptações, fazia com que dependesse apenas das anotações dos professores, dos livros e dos artigos indicados nas disciplinas. Ainda que, posteriormente, as aulas passassem a contar com interpretação em Libras, o contato e a aprendizagem em sua L1 limitavam-se ao ambiente da sala de aula, uma vez que as metodologias dos professores permaneceram inalteradas e o conhecimento registrado, em sua

⁷ Tradutores e Intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais)

quase totalidade, era veiculado por meio das modalidades escritas das línguas orais. Os materiais, como artigos e livros em língua de sinais, eram escassos — tanto na modalidade visual (sinalizada em vídeo) quanto na modalidade escrita.

Essas experiências de limitação no acesso à informação e nos modos de participação ativa durante a graduação comprometem o desenvolvimento de repertórios de leitura e escrita acadêmica. A ausência de oportunidades reais de interação com gêneros próprios da vida universitária — como artigos, projetos e editais — reforça a distância entre os alunos surdos e os códigos acadêmicos esperados. A dificuldade de compreender o edital, portanto, não é um fenômeno isolado, mas parte de uma trajetória marcada pela baixa exposição e pela mediação deficiente desses gêneros desde os primeiros anos de formação superior.

A Lei 10.436/2002, mais conhecida como Lei da Libras, instituiu a Libras como língua, reconhecendo seu status e sua função como meio de comunicação da comunidade surda. Entretanto, a própria lei, de modo controverso, estabelece uma hierarquia em relação à língua portuguesa, pois, no parágrafo único do art. 4º, afirma expressamente que a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Dessa forma, impõe aos surdos a obrigatoriedade de aprender o português e desconsidera as possibilidades de uso da Libras para cumprir seu papel comunicativo de forma tão adequada quanto a língua portuguesa.

Compreendemos que tal restrição está atrelada ao disposto no art. 13 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a língua portuguesa como a língua oficial do Brasil, o que influencia diretamente os aspectos formais e administrativos da vida civil. No entanto, é importante destacar que essa oficialidade não anula os direitos linguísticos de minorias, como é o caso da comunidade surda. Diversas normativas, como o Decreto nº 5.626/2005, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), ratificam o direito dos surdos à comunicação e à educação em sua própria língua, reconhecendo a Libras como meio de instrução, expressão e acesso ao conhecimento. Assim, embora a língua portuguesa mantenha seu caráter oficial, o Estado tem o dever de garantir que a Libras seja utilizada de maneira plena e equitativa, especialmente no que se refere à educação e aos processos comunicativos essenciais à cidadania surda.

Torna-se necessária, nesse sentido, uma discussão crítica e institucional acerca da valorização da Libras não apenas como língua de comunicação cotidiana, mas como língua acadêmica legítima, capaz de sustentar gêneros textuais como editais, projetos de pesquisa e artigos científicos. É imprescindível repensar práticas institucionais e políticas linguísticas dentro das universidades, ampliando o uso da Libras para registros acadêmicos em vídeo ou em sistemas

reconhecidos de escrita de sinais, como o *SignWriting*, para equiparar de fato a Libras ao português no contexto educacional superior

A *Participante 03* manifesta a dificuldade que enfrenta ao ler textos em português, ao afirmar: “Antes eu pensava que aqui no curso de Letras Libras seria diferente. Por ter relação com Libras, minha língua natural, achava que seria mais fácil, mas, quando entrei, notei que era diferente. Tem um excesso exorbitante de textos em português [...] as análises que eu tinha que fazer tinham que ser em português escrito e isso me causava um ódio muito grande”.

Os participantes se surpreenderam com a exigência de leitura, compreensão e produção textual em língua portuguesa — considerando que estavam ingressando na graduação em Letras Libras. Esse fato evidenciou a desconexão entre sua realidade linguística e a da prática acadêmica, que deveria contemplar a Libras, considerando se tratar de um curso cujo propósito é formar professores para o ensino de Libras. Diante disso, levantamos a seguinte reflexão: como o curso capacita surdos para o ensino de Libras se a metodologia utilizada é pautada em gêneros em português escrito — uma segunda língua para grande parte dos surdos, que nem sempre possuem proficiência suficiente para compreensão e produção acadêmica, a qual exige maior domínio das estruturas linguísticas do português?

O *Participante 01* manifesta sua insatisfação e surpresa com tal fato: “A primeira sensação foi como se eu estivesse abrindo um livro de terror, porque me deparei com uma quantidade enorme de textos que, até então, no meu processo de escolarização, eu não tinha encontrado. Até então, era só mostrar um conceito e discutir, mas aqui no Letras Libras eram muitos textos em português”.

Esse sentimento foi compartilhado pelo *Participante 06*, ao falar que “No começo do 1º ao 3º semestre, era muito complicado e difícil. Tínhamos que apresentar trabalhos, *posters*... era difícil compreender a estrutura do trabalho, por exemplo, a introdução... chamava colegas para me ajudar a compreender o que era introdução, o que eram os objetivos, metodologia...”. Essa fala mostra que ele sentia a necessidade de recorrer a colegas e intérpretes para ajudá-lo a compreender o que era ensinado em sala de aula. Diferentemente dos alunos ouvintes — que, por terem a maioria das aulas e textos veiculados em português, acessavam os conteúdos diretamente —, os alunos surdos se sentiam dependentes de colegas ouvintes e intérpretes para auxiliá-los. Necessitavam desses intermediários. No entanto, não relataram buscar auxílio diretamente com os professores. Assim, seu processo de aprendizagem não era pautado na inclusão, uma vez que não lhes proporcionava autonomia. O conhecimento não lhes era transmitido de forma direta, tornando-se suscetível a falhas e ruídos devido à mediação constante de terceiros.

O *Participante 04* também manifesta a dependência dos colegas para o acesso ao conhecimento acadêmico, que, em muitos casos, foi mediado por intérpretes ou por colegas ouvintes, o que retardou o desenvolvimento de sua autonomia no ambiente acadêmico em sua primeira graduação, em Fisioterapia, pois “Eu ficava tentando entender captando alguma palavra com a ajuda dos meus amigos que me auxiliavam por meio de gestos. Libras não era utilizada, apenas gestos ou às vezes datilologia”.

Para esse participante, entretanto, o ingresso no curso de Letras Libras representou um marco de mudança e foi vivido de forma positiva, diferenciando-se da experiência dos demais. Ele cursou Letras Libras em outra instituição e, por isso, relata: “Minha experiência na UNIASSELVI foi bastante positiva. O ensino era melhor e consegui aprender os conteúdos de Letras Libras de forma mais eficiente. Na UNIASSELVI havia outros surdos, o que não me deixava sozinho, isolado ou triste. Além disso, havia intérpretes que facilitavam a comunicação e alguns ouvintes dominavam a língua de sinais”.

O percurso escolar e acadêmico inicial do *Participante 05* também foi marcado por dificuldades no aprendizado, causadas pela ausência de professores fluentes em Libras, o que o levou a depender de formas de comunicação alternativas e adaptadas, como datilologia e gestos. Ele relata: “Nesse processo de aquisição da linguagem, usavam-se gestos e datilologia. [...] Os professores também utilizavam datilologia e, aos poucos, fui aprendendo os sinais. [...] Do meu primeiro ao quarto ano, estudei na APAE, onde havia uma abordagem oralista muito forte”.

Outro fator que se mostrou recorrente na pesquisa foi o sentimento de exclusão e ansiedade, causado pela percepção de que as práticas acadêmicas eram desenhadas para alunos ouvintes, com pouca ou nenhuma adaptação para atender às necessidades dos surdos. Essa percepção é manifestada na fala da *Participante 03*, ao perceber que, mesmo em um curso de Letras Libras, havia a predominância do uso de português escrito, o que, para ela, criou um ambiente opressor e desmotivador, por ver que os textos e produções eram exigidos em língua portuguesa.

Concordando com a *Participante 03*, a *Participante 02* faz uma comparação entre sua experiência no curso de Letras Libras em outra Universidade e diz que lá “As provas eram em língua de sinais, tinha as alternativas traduzidas em língua de sinais e às vezes eram até projetadas...” e complementa dizendo que “[...] no curso de Letras Libras na UFSC, tudo era em língua de sinais, inclusive as atividades”. Tal realidade, segundo ela, não se repetiu em seu curso de Pedagogia ou no de Letras Libras da UFPI.

Tal comparação gerou muita conversa entre os participantes, que comparavam suas experiências para terem noção de como ocorre o processo de formação de surdos em outras instituições e em outros cursos. Nesse momento, a *Participante 03* se manifesta ao comparar a

CLARABOIA, n.23, p. 375-400, Jan./Jul. 2025. ISSN: 2357-9234

experiência da *Participante 02* no curso de Pedagogia (no qual não havia acessibilidade linguística) ao curso de Letras Libras da UFPI, utilizando um sinal que nos chamou a atenção: “Isso é parecido com o que ocorre aqui (Letras Libras/UFPI) [utiliza a variação do sinal de Letras Libras substituindo, no sinal, a Libras por falar oralmente]”. Ela utiliza uma modificação do sinal do curso de Letras Libras, que é morfologicamente formado pela aglutinação dos sinais de LETRAS +

SINALIZAÇÃO () por uma derivação em que utiliza os sinais aglutinados de LETRAS + FALAR COM A BOCA ().

O *Participante 06* sente curiosidade com o uso do sinal e a questiona: “Por que você utilizou esse sinal dessa forma?” e a *Participante 03* responde: “eu utilizo esse sinal, porque parece que aqui, no curso de Letras Libras da UFPI, eles utilizam mais português do que a língua de sinais”. Além

disso, ela utiliza os sinais de GOSTOSO () e MAIS DO QUE (), para expressar que as pessoas do curso de Letras Libras se sentem mais confortáveis ou tem preferência por português falado mais do que pela língua de sinais.

Tal modificação no sinal para “Letras Libras” nos chamou a atenção pois, ao retirar o morfema que indica “sinalizar” do sinal em substituição por um morfema que indica “falar com a boca”, a participante demonstra sua opinião, indicando que há um privilégio da língua portuguesa na modalidade falada em comparação com a sinalização. O foco do curso deve(ria) ser o de ensinar Libras, formar professores que irão ensinar Libras e ter grande percentual das vagas ocupadas pelo público surdo, logo, utilizar a Libras enquanto língua de instrução. Fica explicitado o desconforto e sentimento de não pertencimento da participante, evidenciando ainda as barreiras impostas em um curso que deveria prezar pelo uso da língua de sinais, mas não o faz, a ponto de a participante sentir a necessidade de modificar o sinal para deixar isso expresso.

A *Participante 03*, ao ser perguntada sobre sua experiência no curso que a levou a modificar esse sinal, indicando um privilégio da língua portuguesa sobre a de sinais, responde que a ideia de mudar o sinal partiu da sua experiência durante o curso e responde o seguinte: “Vamos pensar no contexto de uma sala de diálogo, onde há surdos e ouvintes. Eu uso esse termo porque temos alguns professores que ministram aulas em língua de sinais, e nós compreendemos bem, fazemos a prova em português e conseguimos entender. No entanto, há outros professores, alguns ouvintes, que dão mais notoriedade e atenção, além de parabenizarem mais os alunos ouvintes do que os alunos surdos nas atividades realizadas. Os alunos ouvintes sempre têm esse privilégio: são eles que recebem as melhores avaliações e as melhores notas. Por isso, utilizo este sinal (LETRAS + FALAR

COM A BOCA). Com relação aos intérpretes de língua de sinais, eles sabem Libras, mas, às vezes, ao fazer a versão de Libras para o português, demonstram certo receio, dizem que ficam nervosos, sentem vergonha, ou simplesmente não aceitam fazer a versão. Gostaria de deixar claro que não estou criticando de forma negativa, são apenas observações construtivas a respeito de alguns professores. Quero apenas enfatizar que isso acontece, mas não estou aqui para falar mal de ninguém”.

Essa reflexão da participante é especialmente reveladora ao evidenciar como, mesmo em um curso voltado à formação de professores de Libras, as práticas formativas ainda privilegiam a língua portuguesa, especialmente na sua modalidade escrita, como norma de produção e avaliação. Essa assimetria linguística impõe aos alunos surdos práticas de letramentos acadêmicos mediadas por uma L2 (o português escrito), sem, contudo, oferecer oportunidades suficientes de mediação pedagógica acessível para que esse letramento se desenvolva de forma eficaz. O resultado é um percurso formativo que, ao invés de preparar os estudantes para interagir criticamente com os gêneros acadêmicos em circulação, frequentemente os confronta com barreiras linguísticas e institucionais que os afastam desses gêneros.

O relato da *Participante 03* ainda expressa sua insatisfação com os intérpretes, que deveriam ser os profissionais com mais propriedade da língua de sinais entre os ouvintes do curso, mas não se sentem seguros às vezes em fazer a interpretação de Libras para Português. Sabemos que, em nenhuma profissão, é possível garantir que o profissional estará sempre seguro, principalmente quando se está lidando com línguas e suas constantes evoluções, o que demanda aprendizado permanente. Nesse sentido, é natural que os intérpretes se sintam inseguros algumas vezes. Ainda assim, considerando a configuração do curso, esse relato evidencia o lugar de destaque que esses profissionais ocupam na configuração do curso, já que, em grande parte das atividades, os alunos surdos dependem deles para ter acesso a conteúdos em português ou ter sua fala traduzida para o Português de modo fidedigno e satisfatório.

A esfera acadêmica frequentemente demanda dos surdos a proficiência em uma L2⁸, o que não é exigido dos ouvintes. Eles não sofrem a mesma cobrança em se expressarem em Libras (sua L2) que os surdos sofrem para se expressarem em língua portuguesa. Por isso a *Participante 03* fala do privilégio do ouvinte sobre o surdo. Essa dificuldade enfrentada pelos alunos surdos limita a compreensão dos gêneros textuais circulantes no âmbito acadêmico e, conseqüentemente, dos

⁸ Neste trabalho, considera-se a língua portuguesa como L2 (segunda língua) para os sujeitos surdos, pois nesse contexto ela é aprendida em sua modalidade escrita, geralmente em ambiente escolar, após a Libras e por meio de práticas de letramento bilíngue (QUADROS e KARNOPP, 2004). Essa distinção é fundamental, pois implica reconhecer que o ensino e a aprendizagem do português por surdos devem respeitar sua condição bilíngue, com abordagens específicas e acessíveis à sua visualidade e à sua língua de instrução (LODI, 2004).

conteúdos que lhes são demandados, tendo seu processo de aprendizagem truncado por práticas de letramentos acadêmicos que não lhes incluem ou respeitam sua língua de expressão.

Essa constatação reforça a ideia de que a compreensão de gêneros acadêmicos, como o edital exige, além do conhecimento da língua em que estão escritos, familiaridade com suas funções comunicativas, vocabulário técnico e estrutura. Tais conhecimentos são construídos principalmente por meio de práticas sociais reiteradas, que, no caso dos alunos surdos, são escassas ou pouco acessíveis. A escassez de situações reais de uso desses gêneros, associada à ênfase na leitura e produção em português, mas sem práticas eficazes de mediação didática em Libras, contribui para que o edital — ainda que traduzido — permaneça inacessível para muitos candidatos.

Assim, as experiências relatadas no curso de Letras Libras se articulam diretamente com as barreiras enfrentadas no ingresso à pós-graduação, ao revelar um percurso formativo que muitas vezes falha em promover letramentos acadêmicos plurilíngues e acessíveis. Assim, quando enfrentam o edital — um gênero bastante técnico, institucional e carregado de expectativas implícitas — os estudantes surdos muitas vezes o fazem sem qualquer base prévia, o que agrava seu sentimento de exclusão e insegurança e faz com que o edital não seja visto como um instrumento de acesso, mas como mais uma camada de exclusão construída institucionalmente o que fica evidenciado nos relatos apresentados na seção a seguir.

O edital como barreira para alunos surdos no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPI

O Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL) do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da Universidade Federal do Piauí foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) no ano de 2003, sendo recomendado pela CAPES e recebendo o conceito 3 no ano de 2004, quando, de fato, o Programa teve seu início. Em 2024, já com conceito 4, o Programa completou 20 anos de existência. No mesmo ano, o curso de Letras Libras da UFPI celebrou uma década desde seu início, em 2014. O ano de 2024 torna-se mais simbólico para o PPGEL, ao receber sua primeira mestranda surda, embora ela não seja egressa do curso de Letras Libras.

Ao pensarmos em surdos dentro da universidade, logo lembramos do curso de Letras Libras, por concentrar a maior parte dos alunos surdos da instituição. Essa informação se mostra relevante quando pensamos que, dentro dos 10 anos de existência do curso de Letras Libras, nenhum aluno surdo entrou no programa de Mestrado em Letras da UFPI, mas, em comparação,

o PPGEL já formou 2 alunos ouvintes do Letras Libras, bem como atualmente conta com 4 alunos em formação, sendo o presente pesquisador um deles.

Tal reflexão se torna mais provocante pois, no ano de 2021, um egresso surdo do curso de Letras Libras foi aprovado no processo seletivo de mestrado na área de Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Tocantins. No ano de 2022, outro egresso do curso foi aprovado no mestrado de Estudos da Linguagem na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ambos concluíram seus mestrados no segundo semestre de 2024.

Ainda que não tenhamos dados suficientes para afirmar com precisão os motivos pelos quais os egressos surdos da UFPI optaram por ingressar em cursos de mestrado em outras instituições, é válido refletir sobre essa questão, especialmente considerando a proximidade geográfica e institucional da UFPI como potencial motivadora de escolha. Entre as possíveis razões dessa decisão podem estar a ausência ou insuficiência de linhas de pesquisa específicas sobre Libras e Estudos Surdos no programa de pós-graduação da UFPI, ou questões relacionadas à acessibilidade linguística e estrutural da instituição. No entanto, reconhecemos que tais possibilidades representam apenas conjecturas iniciais e que diversos outros fatores pessoais, profissionais ou acadêmicos poderiam igualmente influenciar essas escolhas, o que demanda investigações futuras.

Conforme já discutido, a Libras é a L1 da maioria das pessoas surdas no Brasil. Sendo mais do que apenas o meio que utilizam para se comunicar, essa língua as torna uma comunidade de minoria linguística em comparação aos usuários da língua portuguesa em território nacional, fazendo com que enfrentem barreiras linguísticas pela falta de comunicação e expressão em sua L1, já que o Português é, para a maioria das pessoas surdas, a sua segunda língua (L2), não lhes sendo, assim, meio de expressão tão adequado quanto a Libras.

As práticas e textos acadêmicos circulantes e exigidos no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPI (PPGEL/UFPI), incluindo os editais para ingresso no mestrado, são na maioria, em modalidade escrita da língua portuguesa, o que, na verdade, acontece de maneira geral na Pós-Graduação da UFPI, não somente na área de Letras. Até o momento de início da coleta de dados desta pesquisa, nem os editais eram traduzidos para Libras, podendo assim representar outro fator que desestimula ou impede o acesso dos sujeitos surdos a esses programas. Entretanto, no mês de agosto de 2024, quando os programas de mestrado abriram os processos seletivos, o Programa de Pós-Graduação em Letras divulgou edital traduzido em Libras, por cobrança dos pesquisadores responsáveis dessa pesquisa, já que o direito à inclusão e acesso às informações em Libras é garantido aos surdos brasileiros desde o ano de 2002, com o advento da Lei da Libras (Lei 10.436/2002) e do Decreto 5626/2005. No entanto, percebemos que a mera tradução do

CLARABOIA, n.23, p. 375-400, Jan./Jul. 2025. ISSN: 2357-9234

documento não elimina as dificuldades enfrentadas pelos surdos, pois o formato e a linguagem do edital permanecem excessivamente formais e repletos de termos técnicos que podem ser de difícil compreensão, juntamente com a falta de contato e compreensão desse gênero em momentos anteriores.

Os editais de programas de mestrado, além de serem um gênero bem específico da esfera acadêmica e serem registrados na modalidade escrita da língua portuguesa, exigem, enquanto uma de suas etapas de avaliação, a produção de um exemplar textual do gênero “projeto de pesquisa”, que deve ser produzido também na modalidade escrita da língua portuguesa. Ao se falar e refletir sobre as práticas de letramentos acadêmicos de surdos, não há como ocorrer de modo dissociado dos gêneros circulantes, uma vez que não há letramento sem gêneros. Entretanto, a impossibilidade de leitura, compreensão e produção dos gêneros textuais em língua de sinais se mostra uma barreira, dificultando o acesso dos alunos surdos ao mestrado. A *Participante 02* corrobora essa percepção ao afirmar “Eu gosto de leitura, mas os editais têm muitos detalhes e são muito confusos. Por exemplo, eu li o edital para o mestrado, mas fiquei com dúvidas sobre alguns tópicos como a inscrição e vagas. Eu não entendia bem o que estava escrito”.

Quando perguntamos ao *Participante 01* se ele leu o edital antes e após o início das oficinas — por ter sido uma atividade pedida a eles —, ele responde: “Olha, eu não leio porque acho muito difícil” e complementa informando qual estratégia seria necessária para superar tal barreira: “[...] buscaria a ajuda de um ouvinte por conta da experiência que ele já tem e também porque ele domina a língua portuguesa, que é a língua natural dele”.

A *Participante 03* acrescenta: “Os editais têm muitos detalhes e não são acessíveis em língua de sinais. A linguagem é muito formal e rebuscada, o que torna o entendimento do que é exigido bastante complexo” e aproveita para estabelecer uma comparação entre os editais de mestrado e de concurso, expondo que “Esses editais são diferentes. Alguns são traduzidos para Libras, mas o da UFPI às vezes é um pouco confuso. A questão dos prazos também é complicada”.

Por ser um gênero que costuma circular apenas na modalidade escrita da língua portuguesa, o *Participante 06* relata: “Eu sozinho não consigo dar conta de ler o edital, entender as informações, saber qual a linha de pesquisa adequada. Além disso, os prazos são curtos, o que acaba me desmotivando e levando à desistência”.

Considerando que os editais são redigidos em português escrito, em uma variedade linguística mais formal, diferente das que grande parte dos candidatos surdos estão habituados em seu cotidiano, além da dificuldade de compreensão, os participantes da oficina relatam uma demanda importante: eles sentem a necessidade de prazos maiores para que tenham mais tempo para leitura e compreensão, não somente do edital em si, mas dos textos norteadores para a prova

dissertativa e para produção do “projeto de pesquisa”, que já deve ser anexado no momento da inscrição.

Tais questões são expressas na fala do *Participante 05*: “Se o edital estivesse totalmente em língua de sinais, acho que conseguiríamos acompanhar melhor a tradução e haveria menos desistência no processo seletivo. O edital é extenso e está todo em português sem tradução para Libras. Se houvesse essa tradução, isso certamente resolveria parte do problema”. Parte do problema seria resolvido, segundo o *Participante 05*, mas a exigência da produção do projeto de pesquisa em português escrito ainda seria um desafio.

Uma vez que discutimos e demonstramos as dificuldades enfrentadas pelos participantes surdos para compreenderem o gênero “edital”, que dificulta seu acesso e ingresso no programa afetando também a produção do “projeto de pesquisa”, consideramos importante que, para além da tradução do edital, seja repensada a exigência do “projeto de pesquisa” exclusivamente na modalidade escrita da língua portuguesa. Entendemos que há a necessidade de que seja aceita também a produção do projeto em Libras, na modalidade sinalizada e gravada em vídeo-registro. Essa é uma possibilidade que faz mais sentido para surdos, como assim relata a *Participante 02*, a partir de experiências prévias: “Eu já fiz Letras Libras pela UFSC e tudo era adaptado para a língua de sinais. As atividades eram feitas em vídeo, no estágio também, e até os artigos, tudo era feito em língua de sinais, inclusive as citações. Havia as regras de vídeo-registro e seguíamos tudo corretamente”.

O vídeo-registro⁹ segue normas de estruturação, de maneira semelhante às normas exigidas de ABNT no texto escrito em português. Se o domínio e a compreensão de formalidades e normas de formatação são exigidos nos textos em português, o mesmo pode ser feito nos registros em Libras, possibilitando assim uma avaliação seguindo o princípio da equidade entre surdos e ouvintes.

Ao se falar da tradução do registro, é possível vir o questionamento: por que então eles não produzem em Libras, seja na modalidade sinalizada em vídeo-registro ou escrita utilizando o Sistema de Escrita de Sinais e depois pedem/pagam um profissional para traduzir para modalidade escrita da língua portuguesa? Tal questionamento é válido, mas vai de encontro com a

⁹ Vídeo-registro é uma modalidade de produção científica em vídeo, direcionada especialmente à comunidade surda, que adota a língua de sinais como meio de comunicação principal. Um exemplo pioneiro é a Revista Brasileira de Vídeo-Registro em Libras (RBVR), lançada em 2013 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Diferente dos artigos impressos tradicionais, o conteúdo da RBVR é apresentado exclusivamente em vídeo, sem tradução para o português escrito ou oral, se diferenciando ao estabelecer diretrizes para a submissão de textos científicos em Libras e adota normas da ABNT (como NBR 6022, 6023, 6028 e 10520) para adaptar-se ao contexto audiovisual. Tais e mais informações sobre a RBVR podem ser encontradas em seu *site* oficial: <https://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/>.

responsabilidade e função da instituição em promover um ambiente acessível e inclusivo para o público surdo. Esse tipo de expectativa — de que os estudantes surdos devem buscar tradutores por conta própria — transfere a responsabilidade da mediação linguística da instituição para o indivíduo, ignorando as desigualdades estruturais no acesso aos letramentos acadêmicos. A ausência de espaços institucionalizados para que o surdo aprenda e produza nesses gêneros, com mediação em sua L1, compromete sua autonomia e perpetua sua exclusão dos circuitos legítimos da vida acadêmica.

Ao serem questionados se a tradução do edital para Libras e sua veiculação em vídeo facilitaria a compreensão do mesmo, liderados pela *Participante 02*, iniciaram um debate no qual, de forma unânime, todos concordaram que tal medida, embora importante, não seria suficiente. O fato de o documento estar originalmente redigido em português já representa uma dificuldade, mas os participantes ressaltaram que os obstáculos vão além da língua: envolvem o uso excessivo de termos técnicos, a linguagem acadêmica formal e a sobrecarga de informações consideradas “burocráticas”.

Essa percepção revela que a dificuldade de compreensão do edital não está vinculada apenas ao código linguístico, mas sim ao domínio das práticas sociais que envolvem esse gênero textual. É justamente aqui que os Novos Estudos do Letramento oferecem uma chave interpretativa fundamental: segundo essa perspectiva, o letramento não se resume à decodificação da linguagem escrita, mas envolve a apropriação de práticas específicas de leitura e escrita situadas cultural e institucionalmente. Compreender um edital exige familiaridade com sua função social, sua estrutura composicional e seus objetivos comunicativos — elementos que só se tornam acessíveis aos sujeitos quando estes têm experiências prévias com esse gênero, em contextos significativos de uso. Portanto, mesmo traduzido para Libras, o edital continua sendo uma barreira quando os candidatos não tiveram oportunidades anteriores de se engajar efetivamente, de maneira acessível, em práticas de letramentos que demandavam a compreensão desse gênero.

Ainda sobre o gênero “edital”, foi questionado aos participantes se haviam tido contato com esse tipo de texto durante a graduação. Eles relataram que, durante a graduação, tiveram contato para o processo seletivo, mas sempre intermediado por um ouvinte, que interpretava o texto no sentido de assimilar as informações e lhes repassava de modo resumido e direto em Libras. Outros relataram que tiveram contato depois de formados, quando começaram a buscar por empregos via processos seletivos ou de concurso público, mas também intermediado por um ouvinte, sendo um amigo intérprete ou parente, que lia e assimilava as informações principais e lhes repassava em Libras.

Desse modo, podemos notar a dependência deles de um ouvinte, não só para o repasse da informação de uma língua para outra, mas para explicação sobre as informações e funcionamento do gênero. Reforçamos assim que não se trata de um problema apenas de língua, mas um problema de conhecimento prévio do gênero, de contato, logo, de práticas de letramentos prévias que não lhes foram/são inclusivas, desencadeando, assim, desmotivação e exclusão.

Se tomamos os modelos de letramento acadêmico indicados por Lea e Street (2014), no caso dos processos seletivos da pós-graduação, o modelo de habilidade de estudo parece ser predominante, pois pressupõe que os candidatos já dominam a leitura e escrita do português e podem interpretar o edital de forma autônoma. No entanto, para os surdos, essa abordagem ignora as barreiras linguísticas e institucionais que dificultam a compreensão do edital. Como resultado, esse modelo reforça práticas excludentes que desconsideram as especificidades linguísticas da comunidade surda.

Nossos resultados mostram que, para garantir um acesso mais equitativo à pós-graduação, é essencial que as universidades adotem medidas concretas para tornar os editais acessíveis. A tradução do edital para Libras é um primeiro passo importante, mas não suficiente. Além disso, é fundamental que os prazos sejam adequados à realidade dos surdos, permitindo tempo hábil para a leitura e compreensão do documento. Outra alternativa viável é a disponibilização de vídeos explicativos, nos quais os critérios do edital sejam apresentados de forma detalhada e acessível, de modo a suprir as lacunas sobre o funcionamento do gênero “edital”. Acreditamos que essas adaptações podem contribuir para minimizar as barreiras enfrentadas pelos candidatos surdos e promover uma inclusão mais efetiva no ensino superior.

Considerações finais

A investigação realizada demonstrou que o edital representa uma das principais barreiras no acesso de pessoas surdas à pós-graduação. Trata-se de um entrave que vai além da simples compreensão linguística: ele é reflexo de um processo contínuo de exclusão acadêmica, iniciado ainda na formação escolar e agravado durante a graduação. A escassez de práticas de letramento acessíveis, aliada à exigência de proficiência em português escrito, compromete o contato com esse gênero textual altamente técnico e institucional.

Os relatos dos participantes evidenciaram estratégias de enfrentamento e, sobretudo, dificuldades específicas na leitura e compreensão do edital. A linguagem formal, os termos técnicos, os prazos reduzidos e a ausência de materiais explicativos em Libras dificultam o entendimento do documento. Mesmo com uma eventual tradução em vídeo, os surdos indicaram que a compreensão

não estaria garantida, já que o problema não está apenas na língua de veiculação, mas na pouca familiaridade com a estrutura e a função social do gênero.

À luz do modelo de letramentos acadêmicos de Lea e Street (2014), foi possível compreender como o edital atua como um instrumento de exclusão, ao privilegiar o domínio do português escrito e desconsiderar a Libras como língua legítima na construção do conhecimento. Esse modelo teórico permitiu analisar as relações dos participantes com as práticas acadêmicas de forma mais contextualizada, evidenciando como suas experiências são moldadas por fatores linguísticos, culturais e identitários.

A pesquisa mostrou que as práticas de letramento não envolvem apenas habilidades técnicas, mas também inserção em práticas sociais legítimas que garantem autonomia. Quando essas práticas não são acessíveis, o sujeito surdo se vê dependente de ouvintes — intérpretes, professores ou colegas — para mediar a compreensão de documentos fundamentais. Nessa mediação, perde-se a possibilidade de inferência própria, o que compromete o desenvolvimento da autonomia e expõe o estudante à transmissão truncada ou distorcida das informações.

Diante disso, é urgente a reformulação dos editais de seleção para a pós-graduação, de modo a torná-los mais acessíveis e compatíveis com os letramentos da comunidade surda. Algumas medidas recomendadas incluem: a produção de vídeos explicativos em Libras, detalhando cada etapa do edital; o uso de linguagem mais clara e objetiva nos documentos; a ampliação de prazos para candidatos surdos; e a aceitação de projetos de pesquisa em Libras, seja por meio de vídeo-registro ou do uso do Sistema de Escrita de Sinais. Por fim, os achados desta pesquisa reforçam a necessidade de políticas institucionais que reconheçam a diversidade linguística e cultural da comunidade surda como parte constitutiva da equidade no acesso ao ensino superior.

Referências

- BARTON, D.; HAMILTON, M. **Local Literacies: Reading and Writing in One Community**. London: Routledge, 1998. Disponível em: <https://www.routledge.com/Local-Literacies-Reading-and-Writing-in-One-Community/Barton-Hamilton/p/book/9781138136360>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- CAMPELLO, A. R. S. Pedagogia visual/sinal na educação dos surdos. In: CAMPELLO, A. R. S. **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007. Disponível em: <https://www.araraazul.org.br/livro/estudos-surdos-ii/>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- GEE, J. P. **Social Linguistics and Literacies: Ideology in Discourses**. 2. ed. London: Taylor & Francis, 1996. Disponível em: <https://www.taylorandfrancis.com/books/mono/10.4324/9781315722511>. Acesso em: 20 fev. 2025.

LEA, M.; STREET, B. O modelo dos letramentos acadêmicos: teoria e aplicações. Tradução de Komesu e Fischer. **Revista da USP**, v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/flp/article/viewFile/79407/pdf_20. Acesso em: 30 jan. 2015.

LODI, A. C. B.; BORTOLOTTI, E. C.; CAVALMORETI, M. J. Z. Letramentos de surdos: práticas sociais de linguagem entre duas línguas/culturas. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 9, n. 2, p. 131-149, dez. 2014.

LODI, A. C. B. **A leitura como espaço discursivo de construção de sentidos**: oficinas com surdos. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Teses/ana_claudia_lodi.pdf.

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2006.

QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. **O primeiro curso de graduação em letras língua brasileira de sinais**: educação a distância. v. 10, n. 02, p. 169-185, 2009. ISSN 1676-2592.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. REIS, F. Professores surdos: identificação ou “modelo”. In: QUADROS, R.; PERLIN, G. (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STREET, B. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

STREET, B. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STROBEL, K.L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.